

CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS
ATA DA REUNIÃO DO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E
TRÊS

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, às 10 horas e 25 minutos, o Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, no auditório do Parque Tecnológico, sob a presidência Professora Denise Maria Guimarães Freire. Estavam presentes à Sessão o Superintendente de Pós-graduação Bruno Lourenço Diaz, a Superintendente Acadêmica de Pós-graduação Ariane Roder a Superintendente Administrativa, Marília Moraes Lopes, os Conselheiros Docentes representantes dos Centros Universitários: Claudia Moraes de Rezende (CCMN), Julie de Araujo Pires (CLA), Ethel Pinheiro Santana (CLA), Juliana Beatriz Almeida de Souza (CFCH), Fabio Neves Perácio de Freitas (CCJE), Joseph David Barroso Vasconcelos de Deus (CCJE), Fabricio Leal de Oliveira (CCJE), Liliane Magalhães Girardin Pimentel Furtado (CCJE), Kátia Vergetti Bloch (CCS), José Garcia Abreu Jr. (CCS), Claudia Pinto Figueiredo (CCS), Verônica Maria Araujo Calado (CT). O Conselheiro representante do Fórum de Ciência e Cultura: Carlos Renato Rezende Ventura. O representante dos técnicos-administrativos: João Sérgio dos Santos Assis. O representante do Campus Macaé: João Luiz Mendes Wanderley. Justificaram a ausência os Conselheiros Alexandre Guedes Torres (CCMN), Anieli Improta França (CLA), Eliane Guedes (FCC), Juliany Cola Fernandes Rodrigues (Duque de Caxias), Luisa Andrea Ketzer (Duque de Caxias) e Marcos da Silva Neves (Antigos Alunos). A presidente do Conselho deu início a Sessão explicando que em razão de dificuldades técnicas relacionadas à transmissão, a reunião teve início após o horário inicialmente previsto. Após as saudações iniciais, a presidente submeteu à apreciação dos conselheiros a homologação das atas referentes às sessões de trinta de abril, quatorze de maio e vinte e oito de maio de dois mil e vinte e um. Não havendo objeções substanciais, foi aprovada a homologação das referidas atas, com registro de uma abstenção. Iniciou-se com o **Expediente. 1.1-** A conselheira Ethel Pinheiro apresentou informações sobre o evento de encerramento das atividades do Programa CAPES/PrInt na UFRJ, enfatizando o caráter coletivo da organização, composta por diferentes unidades, representantes da PR2 e membros do CAPES/PrInt, além de discentes e pesquisadores. Destacou-se o objetivo do evento, a ser realizado no dia doze de maio no Museu do Amanhã, que visa consolidar e refletir sobre as ações de internacionalização desenvolvidas no âmbito do referido programa, salientando que tais ações não se restringem ao período de vigência do CAPES/PrInt, mas refletem uma trajetória mais ampla da Universidade em sua inserção internacional. **1.1.1-** A presidente da Sessão agradeceu a divulgação, reforçou a importância do evento e incentivou a participação dos membros do conselho. Sem mais inscitos, passou-se a **Ordem do dia. 2.1.-** *Aprovação do calendário de APCN.* O conselheiro Fábio Freitas apresentou o cronograma proposto, explicando que sua elaboração se baseia nas datas estabelecidas pela CAPES e na necessidade de organizar, com antecedência suficiente, os prazos de análise interna pelas câmaras e plenária do CEPG, para posterior deliberação pelo Conselho Universitário. O cronograma foi

detalhado, incluindo prazos de submissão entre quinze e vinte e nove de maio, análise pelo CEPG entre trinta de maio e primeiro de setembro, deliberação pelo CONSUNI prevista para vinte e oito de setembro e homologação final pela PR2 entre seis e quatro de novembro. **2.1.1-** A assessora da CAAC Aleni Vieira esclareceu que, embora o calendário da universidade preveja reuniões do CONSUNI entre maio e setembro, a última sessão relevante antes da etapa final de homologação ocorre no final de setembro, o que reforça a necessidade de observância rigorosa dos prazos. **2.1.2-** Após a exposição, o calendário de submissão e análise das propostas de APCNs foi posto em votação e aprovado por unanimidade. **2.2-** Em seguida, foi submetida à votação e aprovada por unanimidade a inversão de pauta, a pedido da conselheira Katia Vergetti, para que fosse apresentada previamente a análise do Relatório Final do Processo de Seleção do Edital PV/PVS 2023, uma vez que os dados constantes desse relatório seriam úteis para a discussão posterior referente ao edital ALV. Passou-se **2.2.1- Relatório Edital PV/PVS 2022.** A conselheira Katia Vergetti deu início à exposição do relatório, informando que o edital previa o enquadramento de propostas em duas categorias, Pesquisador Visitante (PV) e Professor Visitante Sênior (PVS), sendo vedada a acumulação de ambas. A demanda recebida esteve abaixo da média histórica, com quatro propostas contempladas para PVS, apesar da existência de cinco vagas, o que evidenciou uma redução da procura. A conselheira destacou que, embora a oferta de vagas tenha sido ampliada, o número de submissões não acompanhou esse aumento, sendo inclusive registrada a sobra de uma vaga para PVS. **2.2.2-** O conselheiro Fábio Freitas indagou se essa redução da demanda poderia estar relacionada aos valores das bolsas para a categoria Sênior, o que foi considerado plausível pela conselheira Katia, especialmente considerando os efeitos ainda presentes da pandemia. **2.2.3-** A presidente da Sessão, Denise Freire, reforçou que, em comparação com outras instituições federais, a UFRJ oferecia historicamente um número reduzido de vagas para visitantes e, por essa razão, empreendeu, junto à Reitoria, negociações para a ampliação do número de vagas disponíveis, passando de dez para vinte. Tal ampliação foi considerada fundamental para a renovação dos quadros docentes e para o fortalecimento da pós-graduação, sendo mencionada como uma meta a ser consolidada por futuras gestões. **2.2.4-** O conselheiro Renato Ventura observou que, em razão do número de propostas recebidas, houve necessidade de redistribuição entre as categorias, sendo transferidas vagas não preenchidas de PVS para PV, totalizando vinte demandas na categoria PV. Foi mencionado, ainda, que os critérios de avaliação foram cuidadosamente aplicados, embora persistam dificuldades em relação à avaliação da carga horária das atividades de ensino propostas, dado que muitos candidatos não detalham adequadamente essa informação, exigindo consultas adicionais aos planos de disciplina. **2.2.5-** A conselheira Claudia Rezende sugeriu que os membros do CEPG possam indicar pareceristas para os editais, ampliando o banco de avaliadores e garantindo maior diversidade de áreas de conhecimento representadas. **2.2.6-** A conselheira Cláudia Figueiredo complementou a fala, destacando os desafios na obtenção de pareceristas qualificados, especialmente externos, uma vez que há resistência de especialistas em participar das comissões de avaliação. **2.2.7-** A presidente Denise Freire compartilhou a experiência da PR2 na montagem de bancas de seleção para editais da Finep, relatando a dificuldade em encontrar avaliadores externos dispostos a colaborar, mesmo entre pesquisadores qualificados do CNPq. **2.2.7.1-** A conselheira Cláudia Figueiredo argumentou que pesquisadores experientes conseguem avaliar propostas mesmo fora de sua área específica, mas defendeu a inclusão de membros internos nas bancas, dada a importância de compreender a realidade e as prioridades da UFRJ. **2.2.8-** A superintendente de pesquisa Ariane Roder posicionou-se contrariamente à participação de pareceristas internos, argumentando que isso introduz subjetividade e compromete a

isenção necessária, sobretudo em editais de grande volume financeiro, como os da Finep, que envolvem decisões sensíveis e suscetíveis a pressões. **2.2.9-**Em sua fala, a presidente Denise Freire reafirmou o compromisso da PR2 com a ética e a impessoalidade nos processos seletivos, rechaçando práticas de favorecimento e destacando a importância de romper com grupos fechados e concentradores de poder nas unidades acadêmicas. **2.2.10-**A conselheira Veronica Calado elogiou a política da PR2, observando que o modelo adotado evita o favorecimento de propostas ligadas a figuras históricas de influência na Universidade, permitindo que novos docentes tenham oportunidades reais de financiamento. **2.2.11-**A conselheira Katia Vergetti retomou a apresentação do relatório, destacando que foram buscadas estratégias para facilitar a análise por parte dos pareceristas, incluindo a simplificação dos formulários e a padronização dos critérios de avaliação. Propôs-se a criação de um banco de pareceristas ad hoc, com reconhecimento formal pela Universidade, como forma de estimular a adesão. **2.2.11.1-**A presidente da Sessão considerou válida a proposta, observando que, embora não haja possibilidade de incentivo financeiro, podem ser pensadas formas alternativas de valorização do trabalho dos pareceristas, como declarações e menções em relatórios institucionais. **2.2.12-** O conselheiro Renato Ventura destacou a relevância do trabalho em equipe desenvolvido pela Câmara responsável, agradecendo o esforço dos membros, especialmente da assessora da CCDP Neli Gomes. Informou que o edital incorporou critérios que buscam dar maior objetividade às análises, como a atribuição de pontuações específicas em diferentes dimensões da proposta. **2.2.13-** Ao final da exposição, o Relatório Final do Processo de Seleção do Edital PV/PVS 2023 foi submetido à votação e aprovado com uma abstenção. Passou-se **2.3- Edital ALV 2023.** A presidente Denise Freire iniciou com a apresentação da importância estratégica do referido edital, considerado por muitos conselheiros como uma política institucional essencial para os jovens docentes da UFRJ, com vistas à consolidação de suas trajetórias acadêmicas e à ampliação das oportunidades de pesquisa. Destacou a necessidade de transformar o ALV em uma política de estado, e não apenas de gestão, apelando aos conselheiros que promovam esse entendimento em suas unidades e programas de pós-graduação. **2.3.1-** Na sequência, o Conselheiro Renato Ventura ressaltou o empenho da PR-2 na obtenção dos recursos necessários e apresentou as principais alterações do edital em relação à edição anterior, entre elas o aumento do valor do auxílio financeiro, o cronograma proposto e os critérios de pontuação relacionados à graduação e pós-graduação. **2.3.2-** A conselheira Cláudia Figueiredo parabenizou a iniciativa, mas ponderou que o valor de vinte mil reais por proposta pode ser insuficiente para áreas como as experimentais, sugerindo a redução do número de auxílios para aumentar o valor individual. **2.3.3-** O conselheiro José Garcia manifestou concordância, apontando que, embora o ALV funcione como um prêmio simbólico, em certas áreas o aumento do valor representa ganho efetivo em capacidade de pesquisa. **2.3.4-** A conselheira Ethel Pinheiro também comentou que nas humanidades o valor de vinte mil reais ainda é baixo para custear softwares e outras ferramentas específicas, defendendo a ideia de diminuir o número de contemplados para aumentar o valor. **2.3.4.1-** Em contraponto, a conselheira Juliana Beatriz afirmou que, mesmo nas ciências humanas, o valor atual já representa um suporte significativo, destacando a importância de manter um equilíbrio que beneficie o maior número de jovens doutores possível. **2.3.5-** A presidente da Sessão Denise Freire solicitou esclarecimentos sobre a demanda qualificada do edital anterior, sendo informado pela conselheira Katia Vergetti que houve cerca de trinta propostas não contempladas em virtude do limite de cinquenta vagas existentes, com valor médio de dezesseis mil reais por projeto. **2.3.6-** A conselheira Katia Vergetti também sugeriu que se permita a prestação de serviço de pessoa física, diante da dificuldade de execução de pesquisas de

forma solitária, proposta bem recebida pelos presentes. **2.3.7-** A superintendente de pesquisa Ariane Roder fez uma intervenção destacando que a natureza experimental das pesquisas também se aplica às humanidades, como nos casos de pesquisas de campo e etnográficas, e que os altos custos com softwares são uma realidade comum. **2.3.8-** Em seguida, a conselheira Cláudia propôs que o edital adote uma lógica de teto flexível, permitindo solicitações entre dois mil e trinta mil reais, com avaliação proporcional ao plano de trabalho apresentado. **2.3.9-** O conselheiro Renato Ventura esclareceu que essa flexibilidade já existe, sendo o valor de vinte mil reais apenas o teto, e que cada projeto pode pedir valores inferiores. **2.3.10-** O conselheiro Renato Ventura ponderou que o ALV é um auxílio e não a solução para todos os desafios enfrentados pelos recém-doutores, e que ampliar o número de contemplados permite maior capilaridade entre centros e unidades da universidade. **2.3.11-** Bruno Diaz, superintendente da PR2, destacou que o número previsto de propostas é indicativo, e que sobras orçamentárias podem permitir aumento de contemplados, como ocorreu em edições anteriores. **2.3.12-** A conselheira Cláudia Figueiredo sugeriu adotar o modelo das agências de fomento, com valores totais disponíveis descritos e possibilidade de pedidos em faixas flexíveis, sem fixar o número de propostas no edital. **2.3.13-** A conselheira Ethel Pinheiro contrapôs que, ao estabelecer o mínimo de setenta propostas, compromete-se o aumento dos valores individuais. O conselheiro Renato reforçou a importância de manter esse número mínimo para promover equidade entre os centros. **2.3.14-** O conselheiro José Garcia alertou para a necessidade de garantir transparência textual no edital, propondo a retirada da cláusula que fixa o número máximo de setenta propostas. **2.3.15-** A presidente da Sessão Denise Freire informou que a verba CIP é dinâmica e que poderá haver aumento do orçamento, caso haja demanda qualificada. **2.3.16-** A conselheira Cláudia Figueiredo defendeu o aumento do valor máximo para trinta mil reais, desde que não se estabeleça número fixo de propostas. **2.3.16.1-** O conselheiro Joseph Vasconcelos lembrou que, se todas as propostas pedirem o valor máximo, o número de contemplados pode cair para quarenta e seis, alertando para os riscos de sobras inexecutáveis no orçamento. **2.3.16.2-** A presidente da Sessão Denise Freire propôs que o teto seja de vinte e cinco mil reais, o que permitiria a contemplação de pouco mais de cinquenta propostas, com possibilidade de ampliação conforme a demanda e a sensibilidade do comitê gestor da verba. **2.3.17-** A conselheira Katia Vergetti sugeriu retomar no edital a consideração de parentalidade na avaliação da produção acadêmica e reforçou a necessidade de ampliar o número de assessores devido à alta demanda. **2.3.18-** A presidente Denise Freire reiterou o compromisso da PR-2 com a execução do edital e apresentou duas propostas para deliberação. A proposta com teto de vinte e cinco mil reais, sem número fixo de propostas, foi aprovada por consenso. **2.3.19-** Na continuidade, discutiram-se alterações no item 2.1 do edital, esclarecendo que a elegibilidade abarca docentes com doutorado obtido a partir de primeiro de janeiro de dois mil e dezesseis, ou com ingresso na UFRJ entre dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, desde que possuam doutorado. **2.3.20-** No item seguinte, discutiu-se a proposta de eliminação do critério de prioridade para docentes que não receberam bolsas de outras agências de fomento, considerado de difícil operacionalização e passível de interpretações equivocadas. **2.3.21-** A proposta foi retirada do item de elegibilidade e ficou em aberto a possibilidade de inclusão como critério de desempate. Em seguida, foi aprovado o acréscimo da expressão “mesmo que não seja docente da pós-graduação” ao item 3.1.6, garantindo maior clareza quanto à adesão dos candidatos aos programas. **2.3.22-** A sugestão da superintendente Ariane Roder quanto à alternativa de submissão por diretores de unidade foi considerada, mas não incorporada, diante da viabilidade de parcerias interinstitucionais. **2.3.23-** O superintendente Bruno Diaz propôs inverter o critério de desempate relativo à data da

defesa do doutorado, favorecendo os que estão prestes a perder a elegibilidade. Sobre o cronograma, foi relatado pela presidência a solicitação da assessora da CCDP Neli Gomes, para que a publicação do edital ocorra em nove de maio e que o período entre a análise técnica e sua divulgação seja de pelo menos trinta dias. **2.3.24-** A presidente sugeriu delegar à CCDP a finalização do cronograma, com posterior aprovação dos conselheiros por e-mail, proposta aprovada por unanimidade. **2.3.25-** A conselheira Juliana Beatriz retomou discussão do edital anterior quanto à inclusão de professores do CAP, sugerindo que se considere experiência prévia em orientação e extensão fora da UFRJ. **2.3.26-** A conselheira Katia Bloch defendeu a inclusão de atividades de gestão, como coordenação de disciplina e participação em projeto de pesquisa, como elementos de pontuação. Foi também aprovada a inclusão do Trabalho de Conclusão de Curso como critério avaliativo. Na sequência, foi aprovada a inclusão da coorientação em mestrado e doutorado, conforme proposta do conselheiro João Luiz. **2.3.27-** Ao final, a presidente Denise propôs que a versão final do edital, incorporando todas as modificações e o cronograma ajustado, seja compartilhada por e-mail com todos os conselheiros para aprovação final. A proposta foi aprovada, e o Edital ALV 2023 foi considerado aprovado por unanimidade. Em seguida, passou-se ao último ponto de pauta, **2.4- Relato de processo.** A conselheira Ethel Pinheiro apresentou caso sigiloso de plágio, relatando que a CLN analisou em conjunto com a CETEP a situação específica, resultando em parecer favorável à sua resolução na instância do CEPG. Sugeriu que a PR2, em parceria com o CETEP, organize em sua página institucional orientações claras sobre ética acadêmica, abrangendo conceitos como plágio direto, indireto e autoplágio. A proposta de criação de grupo de trabalho para construção dessas diretrizes foi acolhida. **2.4.1-** O conselheiro João Sergio questionou os motivos da tramitação até o CEPG, sendo esclarecido que o caso se originou por provocação externa à instituição, exigindo instauração de comissão de sindicância. **2.4.2-** O parecer da CLN foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada às 13h13. Para constar, eu, Adriene Campelo do Amaral, Secretária do CEPG, lavrei a ata que, após aprovação, será assinada pela Presidente da Sessão, Professora Denise Maria Guimarães Freire, e por mim.

Adriene Campelo do Amaral
Secretária

Denise Maria Guimarães Freire
Presidente